

RESTRIÇÕES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL E AS ESTRATÉGIAS DESTRUTIVAS

RESTRICTIONS ON ECONOMIC GROWTH IN THE CONTEXT OF STRUCTURAL CRISIS AND THE DESTRUCTIVE STRATEGIES

Albani de Barros¹ | Camila Cansanção de Oliveira² | Keliani do Nascimento Silva³



RESUMO

Este artigo busca analisar como a crise estrutural do capital expressa forte restrições ao crescimento da economia e impõe estratégias para retomada das taxas de lucratividade baseadas principalmente sobre uma maior exploração aos trabalhadores, o que significa elevação do desemprego, informalidade precarização do trabalho. Após três décadas de crescimento acelerado na economia, o capitalismo entrou na década de 1970 numa profunda crise, em razão de tal colapso, ocorreu uma vigorosa queda nas taxas de lucratividade. Taó situação, determinou enormes mudanças na esfera da produção, manifestadas por formas bárbaras de exploração e um alargamento em escala mundial do desemprego. Na relação entre homem e natureza, vivenciamos um processo de destruição contínua das bases materiais de existência da vida humana e a permanência do processo de acumulação expansiva e destrutiva em tempos de crise estrutural é o desafio perseguido pela burguesia. Diante dessa conjuntura, a retomada dos patamares de lucratividade está apoiada principalmente na elevação dos níveis de exploração e num intenso ataque aos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE

Capital Crescimento econômico. Crise estrutural. Trabalho.

ABSTRACT

This Article seeks to understand how the structural crisis in the capital expressed strong restrictions to growth of the economy and requires strategies for resumption of rates

48 | of profitability based mainly on a greater exploitation of workers, which means rise in unemployment, informality job insecurity. After three decades of accelerated growth in the economy, capitalism has entered the decade of 1970 into a deep crisis, due to such a collapse; there was a strong decline in rates of profitability. Such situation, determined huge changes in the sphere of production, expressed by barbaric forms of exploitation and an enlargement on a global scale of unemployment. In the relationship between man and nature, we have experienced a process of continuous destruction of material basis of existence of human life and the permanence of the accumulation process expansive and destructive in times of structural crisis is the challenge pursued by the bourgeoisie. Faced With this situation, the resumption of heights of profitability is supported mainly in elevation in the levels of exploitation and an intense attack on workers.

KEYWORDS

Capital. Economic Growth. Structural Crisis. Work.

1 INTRODUÇÃO

O capital tem por sua lógica um caráter expansionista, necessitando manter um processo de autorreprodução ampliada, de forma a se apropriar continuamente da riqueza produzida e a transformando em capital. Como o capital não é um elemento estático, mas um processo contínuo, ele é impulsionado a desenvolver estratégias que possibilitem a acumulação numa direção expansiva. A questão é que esse movimento leva, necessariamente o sistema à crise, se por um lado isso coloca em xeque o funcionamento da economia capitalista, por outro, possibilita que o capital se revitalize e encontre mecanismos que escapem as limitações impostas pelas crises.

Tratar de crise na sociedade burguesa não é um fato novo, elas existem desde a fase inicial do modo de produção capitalista, assim como as medidas implantadas para reversão das mesmas. Se o estudo das crises no capitalismo tem a chancela de Marx como seu grande teórico, pertence à Mészáros (2002) o mérito da análise mais profunda e ampla sobre a crise que afetou o capital nos primeiros anos da década de 1970 e sua conceituação como "crise estrutural". A crise que emerge nesse tem propriedades particulares nas quais serão feitas reflexões mais adiante.

Segundo Mészáros (2002), essa crise que jamais teve uma amplitude semelhante experimentada, gera consequências devastadoras para a humanidade, isso ocorre porque é uma "crise depressiva", de "caráter sistêmico e estrutural". Conforme Paniago (2012), essa crise tem características e consequências graves para o sistema do capital global e para toda humanidade, com sequelas ainda mais agudas para os trabalhadores.

Na tentativa de reversão do quadro depressivo, as medidas interventivas de combate à crise, estruturadas no interior das contradições do próprio sistema metabólico do capital, dão respostas pontuais e efêmeras, que na melhor das hipóteses apenas deslocam os problemas para mais adiante, sem de fato resolvê-los. Em vários aspectos sociais, os problemas não somente não são solucionados, como são severamente agravados, a esse respeito à questão ambiental e o desemprego crônico são algumas das expressões mais impactantes.

2 MERCADORIA E A PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção capitalista tem características peculiares que o diferencia dos outros modos anteriores a ele, a ampliação da produção de mercadorias é uma

delas. Ou seja, a produção de mercantil é generalizada e sua ampliação ocorre para todos os espaços da vida. Pensar-se apenas a título de exemplo, o comércio realizado pelos povos fenícios, pelo Egito antigo, pela Grécia e também durante o período feudal, etc. Entretanto, o que vai diferenciar a existência da mercadoria nesses momentos da história da humanidade e na sociedade dominada pelo capital, é que nas sociedades anteriores a produção era voltada essencialmente para o consumo e o excedente era o que se transformava em produto mercantil. Em outras palavras, no capitalismo, não somente o que excede ao consumo imediato vira valor de troca, toda produção é realizada para ser levada ao mercado.

Com esse processo de produção generalizada da mercadoria, ocorre uma completa subordinação¹ da produção da riqueza em favor de uma produção que é submetida à lógica dos valores de troca, a subordinação do homem em favor da ampliação contínua do capital. A esse respeito, Mészáros ao citar Marx expõe que:

Na Antiguidade [...] a riqueza não aparece como a finalidade da produção [...]. A questão é sempre que modo de propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza aparece como um fim em si mesmo apenas entre os poucos povos comerciais – monopolistas do comércio de longa distância – que viviam nos interstícios do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval [...]. Portanto, a antiga visão na qual o ser humano aparece como a finalidade da produção, que não leva em consideração o seu limitado caráter nacional, religioso ou político, parece muito grandiosa quando comparada ao mundo moderno, no qual a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção. (MARX, apud MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

É na produção de mercadorias e na busca de valorização do capital que está baseada a produção capitalista. Não por acaso que Marx ao iniciar sua principal obra, *O Capital*, começa sua redação identificando a mercadoria que se configura no capitalismo: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1996, p. 165). Ao mencionar que a sociedade capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, Marx compreende que tudo quando possível for é transformado em produto vendável. É desta forma que não somente trabalho se transforma em mercadoria, mas o conjunto de complexos das relações sociais também possui essa forma ou a ela estão submetidas.

Mesmo na relação entre o homem e a natureza, atividade imperiosamente necessária a qualquer sociedade, essa situação não é diferente, em outras palavras, a natureza não mais é vista como uma fonte indispensável para a existência da vida humana, mas como fonte de lucro. O processo de transformação da natureza em valores de troca que rapidamente são destruídos ou subutilizados é parte dessa lógica, pois aceleram o circuito de acumulação do capital.

A lógica de exploração do homem sobre homem não foi eliminada pela ascensão da burguesia, muito pelo contrário, estando a sociedade e suas relações subordinadas à lógica mercantil, os processos de exploração e a alienação elevaram-se para patamares ainda

1. Conforme Mészáros (2002, p. 606): “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início”.

50 | mais desumanizantes. A generalização da transformação da força de trabalho do homem em mercadoria e extração da mais-valia² é uma particularidade da sociedade individualista, conforme Lessa e Tonet (2008, p. 68):

No capitalismo, as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim fará, e a sociedade burguesa aceitará esse fato como ‘natural’. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender os interesses coletivos. [...] Essa é a essência do individualismo burguês, tão característico da vida social dos nossos dias. (Grifo do autor).

A finalidade da produção capitalista é obter lucro, num processo contínuo de ampliação e expansão da acumulação de capital. Conforme Harvey (2011, p. 41), “o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. O capital é empregado com intuito de obter mais dinheiro, de acumular, essa é característica ímpar do processo de produção capitalista. Dessa forma, a riqueza é constituída pelo acúmulo expansivo do capital mediante a produção e venda de mercadorias (NETTO; BRAZ; 2011).

A produção de mercadorias é uma síntese indissociável que envolve valor de uso e valor de troca, assim sendo, todos os produtos necessitam ter algum valor de uso, pois se não a tiverem, não haverá condições de serem adquiridas. Porém, as mercadorias são produzidas para a troca, para sermos mais precisos, no capitalismo, os valores de uso apenas serão produzidos quando coincidirem em também ser um valor de troca. Conforme menciona Mészáros (2007, p. 41), o valor de uso só terá o “direito à existência se estiver em conformidade com os imperativos apriorísticos do *valor de troca*” (Grifo na obra).

Estando a produção capitalista condicionada ao processo de acumulação de capital, que por sua vez, é possibilitado pela mediação da venda de mercadorias, a lógica da acumulação só realiza na esfera da circulação. Em razão da produção capitalista não ser de apenas valores de uso, mas de mercadorias, quanto mais for a produção, tendencialmente maiores são os riscos de instabilidade no sistema e de aparecimento de crises. Não por um acaso, a história do capitalismo é também a história de suas crises.

As crises resultam das contradições permanentes do modo de produção capitalista, “de uma parte, trazem à luz as contradições do modo de produção capitalista, de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 172). O capitalismo desenvolve-se ciclicamente, desenvolvendo suas fases, com períodos de expansão e crise, estas são inerentes a ele e elimináveis, ou seja, são próprias do modo de produção capitalista, se redimensionam, se reconstituem e estouram de diferentes formas de acordo com o contexto histórico. A partir dessas considerações, cabe salientar que a crise não se refere a um acontecimento defeituoso do capitalismo, ela se configura um elemento da engrenagem de reprodução do capital.

Para conviver com lógica do mercado, cada capitalista individualmente necessita elevar os níveis de produtividade, de forma a torná-lo mais competitivo. Isto por sua vez re-

2. “[...] do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de, empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao fim do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia” (LESSA; TONET, 2008, p. 65,66).

quer uma modificação na composição valor do capital, na relação entre capital constante e capital variável, o que, também, modifica sua composição orgânica, fazendo com que o burguês invista uma maior quantidade de capital na aquisição de maquinaria e uma menor parte em compra de força de trabalho (MARX, 1996).

Esse movimento propicia uma melhora na produtividade de um capital individual, o que possibilita ao capitalista diminuir o valor das suas mercadorias e competir de forma mais agressiva no mercado, vencendo a concorrência ou extraindo maiores fatias do mercado. A questão é que esse rebaixamento no valor das mercadorias, que de forma tendencial expressa a diminuição da lucratividade do capital, é um movimento realizado não apenas por um capitalista particular, mas tomada pelo conjunto dos capitalistas, o que acaba por provocar uma diminuição geral nos preços dos produtos (MARX, 1996).

Logo, as inovações tecnológicas diminuem o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, ou seja, o capitalista investe no capital constante, que a priori lhe é vantajoso. Como a competitividade é excessiva, estes métodos são generalizados e a diferença de lucratividade que existia entre os capitalistas são cessadas e a taxa de lucro cai e difunde-se a todos. Observa-se que a própria produção capitalista cria bloqueios para a ampliação da acumulação, o que obriga o capital a criar constantemente estratégias para conservar a taxa de lucro, por meio da intensificação da exploração do trabalho, do rebaixamento dos salários, do desemprego, entre outras.

No cenário contemporâneo, o capitalismo vive uma severa e prolongada crise, o que por sua vez, se refletiu em várias interpretações sobre a gravidade e amplitude da mesma. O que se há de se ressaltar é que o capitalismo ao longo da história demonstrou uma enorme capacidade de desenvolvimento das forças produtivas, ao fazer isso, também, conduziu o mercado a uma situação de superprodução.

Os avanços obtidos em produtividade e inovações tecnológicas, bem como as formas de organização do trabalho baseadas no fordismo e na sua lógica massiva de produção acabaram por propiciar ganhos enormes de produtividade (PINTO, 2010). Contudo, também, levaram a saturação do mercado, com profundas consequências que se explicitaram com vigor a partir da década de 1970. Tendo por base a interpretação de Mészáros (2002; 2007), busca-se compreender que aspectos foram determinantes para a construção desse cenário econômico, que se analisará a seguir, e de que forma o crescimento econômico durante o período do welfare state encontrou seus limites de expansão com a chamada crise estrutural do capital.

3 TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DO PÓS-GUERRA À CRISE

No período que sequenciou a segunda guerra mundial, o capitalismo vivenciou três décadas gloriosas, que se estenderam até o início dos anos 1970, período caracterizado por uma longa onda de crescimento econômico e social nos países centrais. Este crescimento se deu por meio de um conjunto de ações estratégicas, que tinham como objetivo fundamental garantir condições favoráveis para a elevação do consumo e conseqüente acumulação de capital, são eles: o aumento da massa salarial, diminuição do desemprego, intervenção do Estado em políticas sociais, entre outras.

Seguindo a lógica fordista, a produção era realizada em larga escala, o que por sua vez, permitia o barateamento das mercadorias e, com isso, possibilitava um consumo em massa. O contexto econômico e social do pós-guerra criou bases apropriadas para um crescimento econômico e para o estabelecimento de um "pacto de classes", possibilitando alguns ganhos salariais e conquista de direitos sociais.

Entretanto, no final da década de 1960, tal dinâmica passou a apresentar os primeiros sinais de crise (MÉSZÁROS, 2002). O crescimento acelerado da produção mercantil capita-

52 | lista sob o domínio dos monopólios acabou por elevar a um patamar mais agudo, uma das principais contradições do capital. O fato de que as crises no capitalismo não são o resultado da escassez, mas fundamentalmente da superprodução. A crise capitalista se expressa na incapacidade da produção de mercadorias encontrarem consumidores na quantidade e no ritmo adequado para manter o fluxo de acumulação do capital. A respeito da dinâmica das crises, Netto e Braz (2011, p. 168) argumentam que:

[...] o capitalista investe **dinheiro** para produzir **mercadorias** com o único objetivo de obter **mais dinheiro do que investiu** - a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em (mais) dinheiro. A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica em suspenso: a reprodução ampliada - isto é, a acumulação - não pode prosseguir. (Grifo dos autores).

O crescimento da produção capitalista é interrompido, na medida em que as mercadorias não encontraram na esfera da circulação vazão para que sejam convertidas em valor monetário e que, portanto, se complete o ciclo de acumulação. Quanto à crise que vai assolar o capitalismo a partir do início da década de 1970, Mandel (1990) expõe alguns elementos: a queda da taxa de crescimento econômico, o excesso de produção, aumento do preço do petróleo, aumento da inflação e conseqüentemente o esgotamento do padrão de crescimento típico do *Welfare State*.

Os primeiros sinais da crise estrutural, indicando que o padrão de dominação e controle entrava em declínio, já ocorrerem ao final da década de 1960, com diversas revoltas e manifestações de estudantes e trabalhadores em maio de 1968 na França e no outono de 1969 na Itália, com reflexos em diversas partes do mundo. Contudo, são nos primeiros anos da década seguinte que a crise se expressa de forma mais nítida, principalmente com a vertiginosa queda nas taxas de lucratividade entre 1968 e 1974 (HARVEY, 2002; NETTO; BRAZ, 2011). Nos anos seguintes ocorrem algumas pífias tentativas de retomada e já no início dos anos 1980 as taxas voltam cair novamente, agora agravadas com crescimento da inflação.

É essa queda na lucratividade que vai demonstrar a face mais decisiva e grave da crise para os interesses dos monopólios na última quadra do século XX. Do ponto de vista da lógica interna do sistema, o fato é que o vigoroso crescimento da economia, verificado principalmente nos anos 1950 e 1960, não poderia se reproduzir infinitamente. Para Pania-go (2009), a aceleração do consumo representada pela sociedade no segundo pós-guerra serviu apenas para camuflar temporariamente as contradições. Isso significa que consumo mais elevado e a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, vivenciado nos países centrais, não poderia ser permanecer eternamente, nem também se expandir para a periferia do mundo.

O aumento da massa salarial e as melhores condições de vida dos trabalhadores não ocorreram simplesmente porque a burguesia havia acumulado muito capital. O motivo essencial ocorreu porque o processo acelerado no ritmo de crescimento propiciava a elevação dos salários. A esse respeito, Marx (1996, p. 253) esclarece na Lei Geral da Acumulação capitalista que, "Não é o volume existente da riqueza social nem a grandeza do capital já adquirido que acarretam uma elevação salarial, mas unicamente o crescimento contínuo da acumulação e a velocidade desse crescimento".

Todavia, o crescimento acelerado da produção é exatamente o fator que está na base das crises capitalistas, pois com a elevação contínua da produção e o aumento da produtividade, ocorre a produção de um excedente que não encontra consumidores suficientes no mercado, ocasionando, portanto, a crise.

Quanto à impossibilidade da expansão plena da lógica keynesiana para a periferia do mundo, vale salientar que o padrão de acumulação verificado no Estado de Bem-Estar Social era possibilitado, em larga medida, pela exploração das transnacionais sediadas nos países centrais sobre os trabalhadores e a riqueza dos países periféricos. Nesses últimos, o imperialismo burguês encontrava força de trabalho e matéria prima mais barata, além de um processo de dominação mantido através de duras ditaduras, estimuladas e articuladas pela burguesia e os governos dos países centrais. Com isso, se mantinham níveis mais elevados de exploração na periferia, o que auxiliava a acumulação da burguesia na Europa e EUA.

Como resposta do capital as perdas de lucratividade e dominação, a partir de meados da década de 1970 ocorrem profundas transformações societárias. Os desdobramentos de tais alterações se estendem até os dias atuais, são mudanças que atinge todas as estruturas da sociedade, no âmbito da economia, da política, da cultura, da ciência, entre outras esferas da sociedade. Contudo, o elemento mais significativo de tais transformações foi o intenso ataque aos trabalhadores.

E a produção de mercadorias passa por uma enorme metamorfose, com uma intensa utilização de recursos tecnológicos e mudanças na gestão e controle do trabalho, que buscavam o aumento da produtividade com baixos custos. Verifica-se a ampliação do desemprego; diminuição dos salários; retrocesso dos direitos trabalhistas; precarização e informalidade no trabalho e enfraquecimento dos sindicatos (NETTO, 1996).

Essas mudanças nas relações de produção fazem parte de um conjunto de estratégias do capital na tentativa de superar a crise, no entanto, a tendência ao crescimento do capital e os limites desencadeados pelo processo de acumulação capitalista, ativa e desenvolve as contradições que compõe a base do sistema. Com os gargalos estreitados na esfera da circulação impostos pela crise, o aumento da produtividade já não possibilita que a produção seja inteiramente absorvida pelo mercado. Já não era possível perpetuar um processo de crescimento do consumo em massa se o desemprego crescente se agigantava com o agravamento da crise. Estabelecida a crise, a saída agora não poderia ser a mesma do pós-guerra, agora, a solução residia num intenso a ataque aos trabalhadores.

4 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A crise de 1970 que o capitalismo passou a enfrentar refletiu em uma série de problemas econômicos e políticos e interferiu no ritmo de expansão do capital, levando-o para a mais profunda crise já vivenciada (MÉSZÁROS, 2002). Não se trata de afirmar simplesmente que esta crise levará necessariamente o capital a sua eliminação. Ao longo de seu percurso histórico a dinâmica do capital tem encontrado formas de convivência com os efeitos das crises, o que vale ser ressaltado é que o custo para a humanidade, para que o sistema de acumulação seja mantido, tem sido cada vez mais brutal.

No que se refere à gravidade da crise, diferentemente das crises anteriores, mesmo do colapso sistêmico de 1929, não há no horizonte da economia capitalista espaço para uma nova longa onda de crescimento global na economia. Diante desses aspectos, Mézáros considera que a grande depressão de 1929,

Por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise estrutural ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada, bem como para sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla. (MÉSZÁROS, 2002, p. 793, grifo do autor).

A crise atual expressa os limites para a expansão e a falta de êxito das estratégias de ajustes que anteriormente mantinham a estabilidade do sistema, tanto no que se refere às soluções estatais, como daquelas derivadas da ampliação da base consumidora. Em síntese, afirma Paniago (2012, p. 53): “As dificuldades enfrentadas para a realização e autorreprodução do capital foram se acumulando e os recursos antes utilizados vão se tornando inviáveis do ponto de vista do próprio sistema”.

Diante desse novo cenário, o quadro que compõe a crise atual impõe limites mais severos à acumulação do capital, mas não a interdita. Os limites mais estreitos ocorrem em razão de novos aspectos que vão caracterizar a crise estrutural. Sobre essa última, Mészáros (, 2002, p. 796) diferencia das crises cíclicas anteriores a partir de quatro aspectos:

[...] seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); sua escala de *tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*. (Grifo do autor).

Por meio da análise destes quatro aspectos, compreende-se que neste colapso do sistema, diferente das crises periódicas passadas, não há um período longo de crescimento, sucedendo o momento de crise. Isso significa que a reconstituição do capital não ocorre sobre os pilares do crescimento acelerado da economia, já que uma de suas características é o caráter de comunidade depressiva. Sendo assim, o processo de acumulação do capital sofre um impulso ainda mais forte em sua tendência ao rebaixamento da taxa de lucratividade. Dessa forma, a acumulação do capital necessita basear sua recomposição se apoiando em taxas mais elevadas de exploração.

As consequências das estratégias do capital para reverter a diminuição no ritmo de acumulação vão além da área financeira, ela atinge diretamente esfera do trabalho, do meio ambiente e até mesmo o processo de formação das identidades dos indivíduos (LESSA, 2004). Em meio a estas transformações, a crise faz desabrochar a natureza mais íntima e profunda do capital, sua desumanidade. Não é difícil identificar em no momento histórico todo um brutal cortejo de misérias que são cotidianamente reproduzidas em escala ampliada e que já não poupa nem sequer os países centrais. Apenas para citar algumas das mais dramáticas expressões, o aumento da desigualdade, do desemprego, da violência, da devastação do ambiente e a mercantilização de todos os espaços da vida (BARROS, 2013).

É plausível avaliar que o capitalismo é um sistema dinâmico e tem conseguido interior das contradições entre capital e trabalho, encontrar formas diferentes de realizar a exploração que lhe é necessária para sua reprodução. Isto significa que as contradições entre capital e trabalho não são eliminadas, apenas os antagonismos imanentes são reacomodados ou deslocados para novos planos a partir das necessidades específicas de cada momento (MÉSZÁROS, 2002). Desta maneira, articula sua inseparável dependência do trabalho vivo com formas específicas de alcançar sua reprodução.

Como forma de conviver com os efeitos desta crise de caráter continuado, o capital busca meios de continuar seu processo de acumulação sob severos limites e restrições. No entanto, seus elementos fundantes, estruturados nas contradições inerentes ao seu próprio metabolismo, causam a instabilidade do sistema e a retomada aos patamares de crescimento econômico continuado é inviabilizada pela própria dinâmica da acumulação do capital nesse instante de crise estrutural. Para Paniago (2012, p. 50):

A atual situação de crise significa restrição à pulsão à expansão, e expõe a ineficiência dos ajustes estratégicos antes utilizados para manter em equilíbrio um sistema naturalmente instável e dinâmico, devido a sua constituição estruturalmente antagonica.

Diante de uma crise estrutural que limita (mas não impede) o crescimento capitalista, restringindo seu curso expansionista e, sem que as estratégias implantadas estabilize a tendência à queda dos lucros, ocorre o que Mézáros (2002) denomina de ativação da autodestruição. Assim, a produtividade caminha para a dimensão destrutiva, uma vez que é acelerada a circulação de mercadorias com a criação de *novas necessidades*, com uma elevada taxa de inovação tecnológica e a ampliação do mercado de produtos de "luxo".

Se a produção é perdulária, a força de trabalho passa a ser mais precarizada e explorada mais intensamente. Para operacionalizá-la, tornou-se necessário o alargamento do trabalho informal, o ressurgimento do trabalho domiciliar (TAVARES, 2004), e até mesmo utilização de trabalho escravo em alguns ramos da economia. São formas que se enquadram no uso da força de trabalho facilmente descartada quando necessário. Essas são as "velhas formas modernas" de maximizar os ganhos num cenário de profunda crise, em que o capital permanece, necessitando da força viva e de expandir-se num movimento auto-contraditório (MÉSZÁROS, 2002).

As contradições econômicas da acumulação capitalista, agravadas e saturadas pela crise, vão levando os monopólios a busca pela diminuição de seus custos com estratégias que possibilitem a elevação da produtividade. A questão é que, se o impulso ao desemprego e a precarização do trabalho é útil na esfera da produção, pois poupa os custos com a força de trabalho, o mesmo se torna um problema na esfera da circulação, porque limita o poder compra dos trabalhadores.

A imperiosidade de produzir mais persiste em razão da lógica irracional expansionista própria do capital, do qual o sistema não tem como desvincular-se. Entretanto, como o cenário que caracteriza a crise estrutural do tempo atual é de precipitações de variada intensidade, tendentes a um *continuum* depressivo, o capital necessitou economizar nos custos da "mercadoria" trabalho, elevando a intensidade do ritmo, utilizando uma força de trabalho mais precarizada, sem a rigidez das regras fordistas; criando uma numerosa legião de trabalhadores, produzindo para o capital sem regulamentos de amparo para o trabalho; "um exército de trabalhadores sem nomes, sem registros e, conseqüentemente, sem necessidade de proteção social" (TAVARES, 2004, p. 129).

Como decorrência e parte do mesmo processo, também, aumentaram os níveis de desemprego; agora, não mais como o resultado simples das determinações da reprodução do capital, mas como um objetivo rigorosamente necessário para sua acumulação. Com isso, um paradoxo difícil de ser contornado está posto para a manutenção do sistema em condições estáveis, tendo em vista que, de um lado, está a imperiosa necessidade de expansão ilimitada do capital como uma força autodeterminante; do outro, os limites que são impostos por sua própria lógica. O resultado é intensificação das desumanidades do capital, principalmente sobre o trabalhador.

Ao se analisar o mundo contemporâneo e seus reflexos sobre a vida humana, não precisa muito esforço para constatar o profundo momento destrutivo que a lógica do capital impõe. Para onde quer que se olhe, ver-se as expressões desse trágico momento por qual passa a humanidade, são exemplos disso: a catástrofe ambiental em suas mais variadas dimensões, a corrosão e precarização do trabalho, o aumento em escala mundial dos níveis de desemprego, a elevação das desigualdades sociais e a desagregação das relações humanas.

Os mais otimistas talvez possam imaginar que esse momento destrutivo se trata de um processo passageiro, de uma etapa transitória e necessária para que se viva dias melhores. Nesse sentido, a crise teria um caráter transitório e seus efeitos mais perversos se diluiriam com o tempo, é dessa forma que os apologistas do capital vislumbram o tempo atual.

O capitalismo, ao longo de sua trajetória, possibilitou um avanço significativo do desenvolvimento das forças produtivas, aumentando exponencialmente a capacidade humana de produzir riqueza e de, portanto, demonstrar ao homem que ele é o demiurgo de sua própria história. Contudo, tal desenvolvimento se deu sobre as bases da exploração e da desumanidade, essa sim é sua marca mais profunda, sua essência.

As transformações do capitalismo ao longo do século XX não alteraram em um átomo essa essência, pelo contrário, intensificou-a em um plano mais profundo com a chegada da crise no início da década de 1970. Além disso, a atual estrutura produtiva encontra-se organizada de tal forma que a intensificação do ritmo do trabalho, a precarização e o desemprego tornaram-se elementos constitutivos e necessários para o seu metabolismo.

A respeito desse momento histórico, Mészáros considera que a mais problemática questão nos dias atuais não se localiza na dimensão desregulamentada do capital, mas naquilo que ele chama de substância destrutiva. Em suas palavras: “a causa fundamental dos nossos problemas cada vez mais sérios não é a ‘face inaceitável do capitalismo desregulamentado’, mas sim a sua *substância destrutiva*”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 28, grifo na obra). No tocante aos efeitos destrutivos da crise, os mesmos não estão apenas manifestados na gravíssima situação ambiental, atualmente vivenciada, mas de forma ainda mais dura, sobre os trabalhadores, suas vidas, seu tempo e o destino da humanidade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Albani. Crise Estrutural do Capital e a Destruição Ambiental, **Revista Interfaces Científicas** – Humanas e Sociais. V. 1 n. 3, jun. 2013, p. 21-31. Aracajú.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LESSA, Sérgio. Identidade e individualização. **Revista Katalysi**. V. 7 n. 2, Florianópolis: UFSC, Dep. Serviço Social, 2004 p 147-153.
- LESSA, Sergio; Ivo Tonet. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MANDEL. E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. | 57

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ANO XVII, abril 1996.

NETTO José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: Instituto Lukács, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do Trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

Recebido em: 29 de agosto de 2013

Avaliado em: 3 de setembro de 2013

Aceito em: 10 de setembro de 2013

1. Mestre em Serviço Social pela UFAL e professor do curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes.

2. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes.

3. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes.